



**MUNICÍPIO DE CARLOS BARBOSA**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**DECRETO Nº 3.061, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2016**

Homologa o Regimento Interno do Conselho Municipal de Trânsito e Transportes – CMTT.

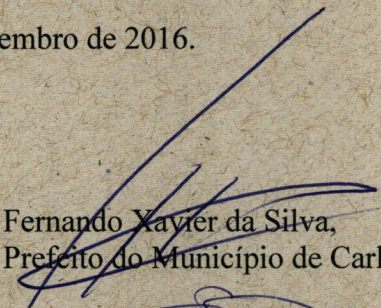
O **Prefeito do Município de Carlos Barbosa**, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em seu artigo 69, incisos VI e VII,

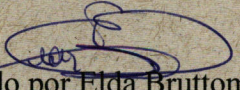
**DECRETA:**


Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Trânsito e Transportes – CMTT, aprovado por seus membros em 1º de novembro de 2016, que passa a fazer parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

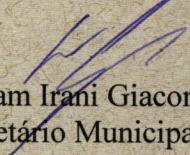
Carlos Barbosa, 03 de novembro de 2016.

  
Fernando Xavier da Silva,  
Prefeito do Município de Carlos Barbosa.

  
Conferido por Eida Bruttomesso,  
Diretora Jurídica.

  
Redigido por Leticia Foppa Sandoval,  
Secretaria Municipal da Administração.

Registre-se e publique-se  
Em 03 de novembro de 2016.

  
Wiliam Irani Giacomelli,  
Secretário Municipal da Administração.



# **REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DE CARLOS BARBOSA - CMTT**

Art. 1º O Conselho Municipal de Trânsito e Transporte, criado pela Lei Municipal nº 3328, de 10 de Agosto de 2016, é uma entidade de consulta e assessoramento, integrante da estrutura do Gabinete do Prefeito Municipal, exercendo suas atividades em perfeito entrosamento com a Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Logística.

## **CAPÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO**

### **Seção I Da Estrutura**

Art. 2º O Conselho será constituído pelos seguintes membros:

- a) Representante da Secretaria Municipal Segurança, Trânsito e Logística;
- b) Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Viação e Serviços;
- c) Representante da Secretaria de Meio Ambiente e Planejamento Urbano;
- d) Representante da Diretoria Jurídica do Município;
- e) Representante da Secretaria Municipal da Educação;
- f) Representante da Associação do Comércio, Indústria e Serviços – ACI;
- g) Representante da Câmara de Vereadores;
- h) Representante do Departamento Estadual de Trânsito - Detran;
- i) Representante do Corpo de Bombeiros Voluntários de Carlos Barbosa;
- j) Representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento – COMUDE.

Art. 3º O Conselho terá a seguinte estrutura:

- I – 01 (um) Presidente;
- II – 01 (um) Vice-Presidente;
- III – 01 (um) Secretário.

§1º Os Conselheiros elegerão, entre seus componentes, as nominatas referidas nos incisos do art. 3º, para exercerem mandato de 02 (dois) anos, podendo haver uma recondução.

§2º Os membros do Conselho somente deixarão o exercício de seus mandatos no dia da posse de seus sucessores.

§3º Os membros do Conselho não serão remunerados, sendo seus serviços considerados relevantes pela municipalidade.

§4º Os membros do Conselho terão mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por igual período.

### **Seção II Do Funcionamento**

Art. 4º O Conselho terá reuniões ordinárias, bimestrais, nas quais as pautas de trabalho, previamente elaboradas, serão distribuídas com antecedência, para estudo e conhecimento por seus membros.

§1º As reuniões extraordinárias do Conselho realizar-se-ão sempre que houver manifestação de algum de seus membros, dirigida ao Presidente e a critério deste, observando-se o quorum de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus conselheiros.

§2º As proposições dos membros do Conselho serão sempre submetidas à votação, sendo aprovadas as que obtiverem o voto da maioria presente.

§3º As reuniões ordinárias somente serão realizadas, quando houver o comparecimento de mais de 50% (cinquenta por cento) de seus membros.

§4º As proposições do Conselho serão transmitidas por seu Presidente ao Prefeito Municipal, ficando a critério deste a inclusão ou não dessas sugestões na política municipal dirigida ao Departamento Municipal de Trânsito.

Art. 5º O Presidente do Conselho poderá conceder licença a qualquer membro, até o prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 6º O membro do Conselho, impedido por mais de 90 (noventa) dias, será substituído, interinamente, por ato do Prefeito Municipal.

Art. 7º O Conselho poderá contar com a colaboração de servidores, destacados pelo Poder Executivo, para o desempenho de suas funções, dependendo, porém, da existência de disponibilidade de recursos humanos para tal.

Art. 8º O Conselho funcionará em local determinado pelo Executivo Municipal.

### **Seção III Das Atribuições do Conselho**

Art. 9º O Conselho tem por finalidades:

I - promover, incentivar, orientar e fiscalizar as atividades no Município;

II - estudar, planejar e definir programas prioritários que deverão ser apresentados ao Poder Executivo, com subsídio à execução da política de trânsito a ser empreendida pelo Município;

III - manter intercâmbio com entidades oficiais, federais, estaduais e municipais, no sentido de receber e fornecer informações que visem o aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades de trânsito e transporte no Município de Carlos Barbosa;

IV - opinar nos auxílios e subvenções a serem concedidos pelo Poder Público, fiscalizando sua aplicação;

V - o Conselho poderá sugerir ao Prefeito a realização de convênios com entidades públicas federais, estaduais e municipais, que visem a integração de programas a serem desenvolvidos por essas entidades, no Município.

## **CAPÍTULO II Seção I Das Atribuições dos Membros do Conselho**

Art. 10 Compete aos membros do Conselho:

- I - comparecer às reuniões do Conselho, justificando, previamente, a ausência, nos casos de impedimento forçado;
- II - aceitar os encargos e as comissões para os quais forem designados;
- III - propor ao Conselho estudos, ideias, programas e planos de trabalho;
- IV - participar das votações.

## **Seção II Das Atribuições do Presidente**

Art. 11 – Ao Presidente do Conselho compete:

- I - marcar, convocar e presidir as reuniões do Conselho;
- II - dirigir a entidade e representá-la perante o Executivo Municipal e seus órgãos;
- III - propor planos de trabalho;
- IV - participar das votações e aprovar resoluções;
- V - resolver os casos omissos e praticar todos os atos necessários ao regular funcionamento do Conselho;
- VI - transmitir ao Prefeito Municipal as proposições aprovadas pelo Conselho;
- VII - decidir, com o voto de qualidade, os casos de empate nas votações.

Parágrafo único. O Presidente do Conselho poderá delegar atribuições aos membros do Conselho, sempre que necessário ao bom cumprimento das finalidades da entidade, observadas as limitações legais.

## **Seção III Das Atribuições do Vice-Presidente**

Art. 12 Ao Vice-Presidente compete:

- I - substituir o Presidente em seus impedimentos e eventuais ausências;
- II - propor planos de trabalho;
- III – participar das votações;
- IV – assessorar o Presidente.

## **Seção IV Das Atribuições do Secretário**

Art. 13 Ao Secretário compete:

I - redigir as atas das reuniões e distribuí-las;

II - redigir toda a correspondência, relatórios anuais, comunicados e similares do Conselho, mediante aprovação do Presidente;

III - manter os serviços administrativos e de arquivo da secretaria atualizados e em ordem;

IV - propor planos de trabalho;

V - prestar informações ao Presidente ou aos demais membros do Conselho, sobre assuntos administrativos;

VI - receber informações de outros órgãos, de interesse do Conselho e Transmitti-las ao Presidente;

VII - fornecer informações a outras entidades, mediante autorização do Presidente;

VIII - participar das votações.

### **CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 14 As vagas de Conselheiros, existentes no Conselho, deverão ser imediatamente comunicadas ao Prefeito Municipal, a fim de serem preenchidas, na forma do art. 2º do presente Regimento Interno.

Art. 15 A posse dos membros do Conselho será realizada através de portaria assinada Prefeito Municipal.

Art. 16 Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação.

Carlos Barbosa, 1º de novembro de 2016.

**CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES - CMTT**